

## BAHIA

# PARA O DESESPERO DE PATRÕES E PELEGOS:

## DIRETORIA DO SINDVIGILANTES ATUALIZADA E VALIDADA NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

**CLASSE**  
**ARMADA**  
...DE UNIÃO, CONSCIÊNCIA E LUTA

**DIRETORIA DO  
SINDVIGILANTES-BAHIA  
ATUALIZADA E VALIDADA NO  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA.**

**VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO,  
SEM PATRÃO!**

A tentativa de utilização de uma mera questão burocrática e cartorial por patrões e seus pelegos para tentar tirar proveito da luta da nossa categoria e da força do nosso Sindicato, mais uma vez caiu por terra. Os papagaios de patrão andaram até dizendo que a diretoria eleita estava ilegal. Pura sem-vergonhice.

No julgamento do Dissídio Coletivo, por exemplo, o Desembargador Relator desmanchou o choro do patrão e disse que a direção do Sindicato era legítima para representar a categoria, pois o próprio patronato reconheceu nas negociações.

A direção do Sindicato estava tranquila, com tudo registrado em cartório e cuidando da burocracia do governo federal.

Nesta semana a Secretaria de Trabalho do Ministério da

Economia validou e atualizou as informações da diretoria do Sindvigilantes/BA.

Patrões e pelegos traidores, mais uma vez, ficaram na mão e não conseguiram prejudicar toda uma categoria.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# APESAR DO CORONAVIRUS: SINDICADTO TEVE SEMANA DE ENTREGA E DEPOSITO DE CHEQUES, PPP E OUTRAS AGENDAS COM OS VIGILANTES



Nesta No balanço da semana a direção do Sindicato também tratou de outros temas na sede da entidade, apesar do expediente e atendimento rotineiro suspenso. Para estes atendimentos a direção do Sindicato chamou, convidou os colegas ou, quando acionados, agendou com outros.

Veja um breve balando da semana no Sindicato:

## **ENTREGA DE CHEQUES:**

PROCESSO PROSEGUR – agendamos e entregamos os cheques a 13 colegas ex-Prosegur de Salvador de processos de danos morais (exame médico e farda) contra a Prosegur;

PROCESSO PONTESEG/EMBASA – 10 colegas ex-Ponteseg/Embasa também foram chamados ao Sindicato e receberam um segundo cheque num mesmo processo;

PROCESSO JAVA/IPAC – SOLÁRIO/PREFEITURA – Colegas ex-Java/Ipac e ex-Solário Prefeitura com cheques no Sindicato foram receber seus cheques.

CHEQUES/INTERIOR – Na semana também foram realizados mais de 20 depósitos para colegas ex-Prosegur do interior, além de colegas Java/Interior, Vipac/Detran/Interior.

## **PPP E OUTROS ATENDIMENTOS:**

Outros colegas agendaram e trataram de pedido ou foram receber o seu PPP para encaminhar a sua aposentadoria. Também houve atendimento para orientações e outros assuntos. Tudo previamente agendado através dos contatos com os Diretores.

Na pandemia o expediente rotineiro está suspenso. Mas a direção e funcionários estão trabalhando em prol da categoria. O contato preferencial neste momento é através de telefones (fixo ou celular) ou através da página do sindicato na internet ([www.sindvigilantes.org.br](http://www.sindvigilantes.org.br)). Feito os contatos, buscamos responder as demandas, realizamos visitas aos postos ou agendamos dia e hora no Sindicato, adotando todos os cuidados para a proteção de todos contra o coronavirus. Mesmo com pandemia, ninguém fica na mão.

Vigilante, seu Sindicato está com você!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# **CAMPANHA SALARIAL: AUDIÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, 29 DE JUNHO, SEGUNDA-FEIRA, 10 HORAS**

**SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITERÓI E REGIÕES**



**Base Abrangente**  
**Niteroi, São Gonçalo, Itaboraí**  
**Rio Bonito e Marica-RJ**  
**Rua Marques de Paraná, 143**  
**Centro - Niteroi/RJ Cep: 24030-215 Tel 3607-3070**  
**Site: [www.svnit.org](http://www.svnit.org) - Email: [sindicatosvnit@r7.com](mailto:sindicatosvnit@r7.com)**

A Federação dos Vigilantes do RJ e todos os Sindicatos dos Vigilantes do Estado informam que está agendada audiência da Campanha Salarial para esta segunda-feira, dia 29 de junho de 2020.

A audiência será transmitida através dos perfis de facebook dos Sindicatos para toda categoria.

É muito importante que os trabalhadores assistam e participem desse importante momento da Campanha Salarial 2020.

Após a audiência, os Sindicatos dos Vigilantes poderão discutir e decidir os rumos

da Campanha Salarial com os trabalhadores.

Para os dirigentes sindicais a união dos trabalhadores é essencial neste momento tão difícil para toda classe trabalhadora.

Não percam, é nesta segunda-feira, dia 29 de junho, às 10 horas.

SÓ QUEM SABE O QUE UM VIGILANTE SOFRE EM SEU POSTO DE SERVIÇO É UM OUTRO VIGILANTE.

**CLAUDIO VIGILANTE**

**FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITEROI**

# JUSTIÇA ACOLHE RECURSO DO SINDICATO E ANULA SENTENÇA NO PROCESSO DA EPAVI, DETERMINANDO QUE SEJA REALIZADO NOVO JULGAMENTO



Para desespero dos traíras que torcem contra o sindicato e comemoraram a sentença favorável à empresa, os desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT4) acolheram, por unanimidade, o recurso da assessoria jurídica do Sindvigilantes do Sul e anularam a decisão do juiz Alcide Otto Flinerbusch, da 3ª Vara do Trabalho, no processo coletivo contra a Epavi.

Agora, o processo deve voltar à instância de origem para análise das provas, dos argumentos, de todos os pedidos formulados pelo Sindicato e uma nova sentença do juiz. O relator, desembargador Luiz Alberto de Vargas, anotou que o juiz sequer examinou os documentos apresentados pelo sindicato, ao considerar improcedente a ação que reivindica da empresa o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), bem como que o tempo de deslocamento para a realização do curso de reciclagem na escola da Epavi, em Passo Fundo seja considerado tempo à

disposição e seja pago como horas extras.

Também são requeridos domingos e feriados, intervalo mínimo de 11 horas entre uma jornada e outra, entre outros itens. “Não havendo qualquer análise acerca das provas e teses ventiladas pelas partes, é inegável concluir que as questões suscitadas sequer foram examinadas, não havendo pronunciamento do Juízo de origem sobre todos os pedidos, deixando de esclarecer todos os aspectos que foram apontados”, diz o parecer do relator.

Assim, conclui o documento, “acolhe-se a preliminar arguida pelo autor, para declarar a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, determinando-se o retorno dos autos para nova decisão, com a análise de todos os pedidos formulados na inicial com fundamento na lei e nas teses referentes à matéria fática, restando prejudicado o julgamento dos demais tópicos”.

Segundo o advogado Maurício Vieira da Silva, que atua no processo, a decisão foi bem importante para a categoria e é um tapa na cara dos opositores do sindicato que comemoraram, inicialmente, a sentença de improcedência que favorecia a empresa. Com esse novo julgamento, ele acredita que virá uma decisão favorável a categoria.

“Podem chorar os aliados dos patrões, pois o nosso jurídico foi efetivo, como costuma ser, e anulou a sentença de um processo que é aguardado com muita ansiedade pelos trabalhadores e trabalhadoras”, disse o presidente do sindicato, Loreni Dias. “Vamos continuar lutando, com o nosso jurídico, para que a justiça seja feita e os vigilantes recebam o que é deles de direito”, completou Dias.

Fonte: [Sindvigilantes do Sul](#)

# Reforma da Previdência do DF: eu voto contra!



Tem muita gente perguntando qual a minha posição sobre a reforma da previdência do GDF, que será votada nesta semana que se inicia. Bem, quem acompanhou minha atuação no ano passado, quando a Emenda Constitucional 103 tramitou no Congresso Nacional, não tem dúvida.

Realizei, pelo meu mandato, vários debates nas cidades do DF, priorizando os Institutos Federais e seus auditórios, além de sindicatos de várias categorias. Publiquei uma cartilha, falando das maldades da proposta do governo do Jair Capiroto. Colhemos, o time do nosso gabinete, assinaturas contra o projeto e montamos bancas de simulação, com o software do DIEESE, para que cada um tivesse a oportunidade de ver o tamanho do prejuízo.

Fui à Câmara e ao Senado conversar com líderes e dirigentes partidários. Participei de várias audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pelo Senador Paulo Paim, um guerreiro em defesa dos trabalhadores.

Tentei mobilizar os trabalhadores do setor público e do setor privado, contra essa atrocidade. O governo gastou muitos milhões em publicidade para enganar o Brasil, dizendo que a reforma seria boa.

Pois bem, a reforma foi aprovada, com uma armadilha. Os estados e o DF teriam que aprovar a adesão às maldades nas assembleias (aqui na CL-DF). Senão, não poderiam receber recursos de convênios e obras do governo federal.

O governador mandou o projeto para a CL-DF com aumento das contribuições e redução de direitos. Todos os servidores terão que pagar 14% de contribuição e os inativos pagarão a partir de um salário mínimo. E as regras para aposentar ficarão muito piores. E os valores da aposentadoria serão reduzidos.

Será preciso ter, no mínimo, 65 anos de idade, para homens, e 62 anos de idade, para mulheres, além de, pelo menos, 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no último cargo.

O cálculo do benefício será pior. A média é calculada considerando 100% das contribuições (hoje é possível descartar as 20% menores). Quem cumprir os requisitos mínimos (62 anos de idade, para mulheres, ou 65 anos, para homens, com 25 anos de contribuição) terá direito a 60% da média salarial, com dois pontos percentuais a mais por ano de contribuição que ultrapassar os 25 anos.

E para os professores? A idade mínima de aposentadoria para os professores, pela regra aprovada, é de 60 anos para homens, e 57 para mulheres. Os professores terão direito a receber 60% da média de 20 anos consecutivos de contribuição e mais 2% a cada adicional de contribuição.

Diante de tudo isso, acho que nem é preciso perguntar como eu votarei, não é? Voto contra, pois não vou cancelar essa maldade do governo Capiroto que o governador Ibaneis quer impor a todos os servidores do DF.

Cobrar impostos dos ricos, eles não querem. Esfolar os pobres e os servidores que atendem o povo eles adoram. Inclusive, aqueles que estão na linha de frente da luta contra o COVID-19, arriscando as próprias vidas. E recebem as maldades como agradecimento.

**Chico Vigilante é Deputado Distrital. Foi Deputado Federal por dois mandatos. Fundador do PT e da CUT, Diretor da CNTV e do Sindesv/DF**

# Gilmar Mendes suspende ações trabalhistas que discutem correção monetária

**Decisão do ministro do STF foi tomada dias antes de o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concluir um julgamento sobre o tema**



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesse sábado (27/06) todas as ações que correm na Justiça do Trabalho sobre qual índice de correção monetária deve ser usado em débitos trabalhistas, se a Taxa Referencial (TR) ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A decisão liminar, ou seja, provisória, atendeu a um pedido da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif).

O órgão tenta declarar no STF que, para esses casos, a aplicação da TR é constitucional, como foi definido pela reforma trabalhista de 2017. No

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

entanto, a Justiça trabalhista tem contrariado a norma e aplicado o índice inflacionário.

A Consif sustenta que as normas regulamentam a atualização dos débitos trabalhistas, em especial decorrentes de condenações judiciais, de forma a “atender às necessidades da relação laboral e em conformidade com as disposições constitucionais”.

A decisão de Gilmar Mendes, que ainda precisará ser apreciada pelo plenário do STF, foi tomada dias antes de o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concluir um julgamento sobre o tema. A Corte já formou maioria para indicar o IPCA-E como índice para corrigir os débitos dos empregados com os trabalhadores.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho recorreu da decisão do ministro da Suprema Corte. O órgão requisita que Gilmar Mendes esclareça o alcance da liminar por entender que haverá grande impacto nos processos da Justiça do Trabalho.

Fonte: Metropoles

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF